

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 4 nº 38

outubro 19

O quebra-cabeça da reforma tributária

Congresso Nacional debate propostas que podem finalmente promover uma revisão de impostos no país e simplificar a vida do contribuinte

TRANSPARÊNCIA ► CNI promove amplo diagnóstico para adotar regras modernas de *compliance*

DIÁLOGO ► Centrais sindicais e indústria se reúnem em busca de pauta comum

EMPREGO E FORMAÇÃO ► Pesquisa mostra preferência de empresas por egressos do SENAI

ATA Carnet. Seus bens ou produtos viajam o mundo sem complicação e sem imposto.



Passport for goods

O ATA Carnet é um passaporte aduaneiro internacional que permite a livre entrada de bens em mais de 75 países, incluindo o Brasil, sem cobrança de impostos.

São três categorias beneficiadas pelo ATA Carnet: **amostras comerciais, equipamentos profissionais e esportivos, artigos para apresentação em feiras, mostras, exposições e eventos similares.**

Para fazer o seu ATA Carnet ou obter mais informações acesse www.cni.com.br/atabrasil



**Emissão exclusiva pela
Confederação Nacional
da Indústria – CNI e
Federações das Indústrias.**



Carta ao leitor

SE a reforma tributária de 1966 é vista como revolucionária por facilitar a industrialização do país mediante o incentivo à substituição de importações, a reforma de impostos derivada da Constituição de 1988 transformou-se num entrave à atividade empresarial, pois abriu espaço para uma carga impositiva crescente e um dos sistemas mais complexos do mundo, que toma não só recursos como horas da produção no país.

A atual reforma tributária, proposta em 2003, parece finalmente ter chances reais de aprovação depois de 16 anos de tramitação. Passadas cinco legislaturas, deputados federais e senadores têm mostrado habilidade política para fazer avançar uma proposta cujo principal mérito pode ser a simplificação do sistema tributário, com substituições de diversos impostos e contribuições pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cuja arrecadação seria repartida nos três níveis federativos.

A reportagem de capa desta edição mostra os bastidores políticos dessa construção regulatória, que não apenas contou com a participação ativa do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly e do economista Bernard Appy, mas também implicou pessoalmente os presidentes Rodrigo Maia

(Câmara) e Davi Alcolumbre (Senado). Um dos principais méritos da estratégia política conduzida até aqui foi ouvir e contemplar as demandas dos governos estaduais, que se mostram inclinados a apoiar o texto, ainda que com ajustes, segundo os secretários de Fazenda ouvidos pela revista.

Nesta edição, também são destaque as entrevistas exclusivas com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro. Bolsonaro faz uma avaliação criteriosa do processo de validação de acordos internacionais e mostra onde é possível melhorar. Já Múcio explica por que pode ser muito positivo aprovar um novo marco legal para as compras governamentais no Brasil, 26 anos depois da promulgação da Lei 8.666.

Outros temas importantes neste número são a construção de um novo sistema de *compliance* para o Sistema Indústria – iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) –, o debate na Câmara dos Deputados sobre a nova legislação ambiental e os resultados da pesquisa de egressos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que mostra as vantagens que a instituição traz para trabalhadores e empresários.

Boa leitura!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ► [cni brasil](#)
flickr ► [cni web](#)
instagram ► [cni br](#)
twitter.com ► [cni_br](#)
linkedin ► [cni-brasil](#)
youtube ► [cni web](#)

SESI

facebook ► [SESINacional](#)
youtube ► [sesi](#)
linkedin ► [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ► [senainacional](#)
instagram ► [senai_nacional](#)
twitter ► [senainacional](#)
youtube ► [senair](#)
linkedin ► [senai-nacional](#)

IEL

facebook ► [IELbr](#)
instagram ► [ielbr](#)
twitter ► [iel_br](#)
linkedin ► [iel-nacional](#)

sumário

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

País dá passos para colocar em votação uma reforma tributária depois de décadas sem qualquer avanço no debate legislativo

16 O QUE MUDA

Entenda a proposta em tramitação no Congresso Nacional que promete substituir vários tributos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)

18 APOIO ESTADUAL

Secretários de Fazenda apoiam a reforma tributária, ainda que desejem incluir ajustes para assegurar a autonomia dos governos locais

22 EDUARDO BOLSONARO

Deputado federal considera que a validação de acordos comerciais pode melhorar

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Conselho temático estuda propostas para impulsionar indústria de defesa e segurança no Brasil

26 AGENDA LEGISLATIVA

Licenciamento ambiental pode ganhar maior racionalidade se novo marco legal for aprovado no Congresso

28 COMPETITIVIDADE

Inédito sistema de *compliance* está sendo desenhado pela CNI e por consultores para dar ainda maior transparência e segurança à aplicação de recursos do Sistema Indústria

32 RELAÇÕES DE TRABALHO

CNI e sindicatos inauguram nova etapa de diálogo, mais cooperativo, em busca de soluções para o emprego de qualidade e o crescimento sustentado

34 ENTREVISTA

José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), apoia mudanças na legislação de compras governamentais

36 INDICADORES

Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) mostra persistência do otimismo entre empreendedores e aponta cenário positivo para recuperação

38 TERMÔMETRO

Apesar das boas expectativas, crescimento do PIB industrial continua modesto e sobe apenas 0,4% no segundo trimestre

40 GIRO BRASIL

Federação de Santa Catarina lança portal de emprego para pessoas com deficiência

42 EDUCAÇÃO

Pesquisa de egressos mostra que estudar no SENAI faz diferença na hora de encontrar um emprego de qualidade e indica que indústrias preferem ex-alunos da instituição

46 OUTRA VISÃO

Rodrigo Bueno, um dos vencedores, neste ano, do *Prêmio Indústria Nacional Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas*, fala sobre a importância dessa iniciativa na promoção da arte no país

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa e Marina Simon

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

Gettyimages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472
fax (61) 3317-9456
revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Consenso para a reforma tributária



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

NAS últimas décadas, os brasileiros viveram a expectativa de duas mudanças constitucionais essenciais. A reforma da Previdência Social, fundamental para a correção de distorções e o equilíbrio das contas públicas, felizmente, está sendo viabilizada pelo trabalho conjunto de governo, Congresso Nacional e sociedade. A próxima reforma crucial é a tributária, imprescindível para dar mais competitividade às empresas nacionais e, consequentemente, incentivar o crescimento econômico sustentado.

Foram muitas as oportunidades perdidas de concretizar as alterações nas regras tributárias desde a promulgação da Constituição Federal em 1988. É preciso aproveitar o atual ímpeto reformista do governo e dos parlamentares, de nítido caráter liberalizante, para promover o aperfeiçoamento das normas e melhorar o ambiente de negócios. A diretriz básica é simplificar o sistema tributário e torná-lo mais racional, desonerando investimentos e exportações e reduzindo os obstáculos ao bom funcionamento das empresas.

Os maiores defeitos do atual modelo de cobrança de impostos, contribuições e taxas são a complexidade e a cumulatividade. Os custos associados à mera administração das



obrigações tributárias pelas empresas impõem uma clara desvantagem dos produtos nacionais, tanto na competição no mercado externo como na própria sobrevivência no âmbito interno, diante dos importados. Nossos principais concorrentes não se submetem a um sistema tão complexo e caro como o brasileiro. A reforma deve nos permitir operar em igualdade de condições.

Quanto à cumulatividade, ela decorre de restrições no direito de se creditar dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, encarecendo os produtos finais, especialmente quando há várias etapas no processo de produção. Dessa forma, a tributação efetiva sobre as mercadorias nacionais acaba sendo maior do que a incidente sobre as importadas. É preciso acabar com essa maneira de cobrar impostos para que os produtos brasileiros se tornem mais competitivos.

A indústria espera, também, uma melhor distribuição da carga tributária, uma vez que é hoje o segmento da economia mais taxado. As duas propostas que estão em discussão no Congresso, uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado, têm como base a extinção de diversos tributos incidentes sobre o consumo e a sua

substituição por uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O governo deve defender proposta nesse mesmo sentido.

É desejável que os poderes Executivo – com a participação de União, estados e municípios – e Legislativo entrem em acordo para levar adiante uma só proposta, o mais abrangente possível, que represente um avanço efetivo. As tentativas de se fazer a reforma no passado esbarram justamente na falta de um consenso entre os entes da Federação, que temiam, sobretudo, perdas de receitas no período de transição. É indispensável que os setores políticos se entendam em favor dessa reforma inadiável.

O setor produtivo espera que seja aprovada uma reforma ampla, englobando tributos dos três níveis de governo, com ganhos reais para a competitividade nacional. Na busca por um novo sistema tributário, é crucial ter em mente os necessários estímulos aos investimentos, que vão levar à criação de empregos e à geração de renda. Com um crescimento mais vigoroso, tornado possível por uma cobrança mais simples, eficiente e justa de impostos, o Brasil terá condições, enfim, de retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social. ■





◀
Políticos e consultores
estão otimistas quanto
à aprovação de novas
regras, que podem
dar mais simplicidade
ao sistema tributário
brasileiro, considerado o
mais complexo do mundo

No rumo certo

PRIORIDADE LEGISLATIVA HÁ DÉCADAS, A REFORMA TRIBUTÁRIA FINALMENTE REÚNE ATORES INTERESSADOS EM APROVAR NOVAS REGRAS QUE SIMPLIFIQUEM O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS

PERFIL mais reformista do atual Congresso Nacional, maior apoio dos governos estaduais e mais tempo de transição para um novo modelo de cobrança de impostos. Esses três fatores ajudam a explicar por que o Brasil está se aproximando de aprovar uma reforma tributária, conforme avaliação do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly e do economista Bernard Appy, ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, responsáveis pelas principais propostas discutidas atualmente.

Appy foi o coordenador dos estudos usados como referência para a proposta apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). “Eu acho que esses três fatores criam um ambiente mais positivo para a reforma. Não quer dizer que está garantido ou que vai ser fácil a tramitação, mas certamente temos um ambiente mais favorável à aprovação”, diz o economista, que atualmente dirige o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Segundo ele, outra grande dificuldade no passado foi a questão federativa, principalmente por parte dos estados. “Agora temos 27 secretários de Fazenda apoiando o fim do ICMS”, indica.

“Não quer dizer que está garantido ou que vai ser fácil a tramitação, mas certamente temos um ambiente mais favorável à aprovação”

▲
Bernard Appy,
ex-secretário executivo
do Ministério da Fazenda
e diretor do Centro de
Cidadania Fiscal (CCiF)

Já Haully destaca a disposição dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, David Alcolumbre (DEM-AP), em criar uma comissão mista “para tentar afunilar as propostas que estão indo muito bem nas duas Casas”. Além disso, afirma o ex-deputado federal, há uma eviden-

te decisão do Poder Executivo de levar adiante a reforma tributária. “O ministro Paulo Guedes montou um boa equipe: Rogério Marinho (Previdência Social) é um ótimo negociador e José Barroso Tostes Neto (Receita Federal) tem grande conhecimento técnico”.

Marcos Mendes, pesquisador e professor do Insper, acrescenta outro aspecto que tornou o atual ambiente mais favorável à reforma. “O sistema tributário atual se esgotou, inclusive para os governos estaduais. Os estados tinham muita resistência porque achavam que iam perder o instrumento da guerra fiscal. Mas agora a guerra fiscal se aprofundou tanto que o fato de São Paulo ter entrado nela fez os outros estados perceberem que não vão mais tirar benefício disso. Não vão conseguir atrair investimentos porque São Paulo tem muito mais poder nessa guerra”, diz o pesquisador.

Mendes argumenta, ainda, que os estados também concluíram que a base tributária, ancorada sobre bens e consumo, está encolhendo. “A economia está indo para o lado dos serviços, e essa reforma tributária agrega o imposto de bens e de serviços. Então se torna uma base tributária maior, o que pode aumentar a receita deles”, afirma o professor do Insper e autor do livro *Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?*. Por outro lado, diz, “o Congresso tem uma grande quantidade de parlamentares que são empresários, que têm contatos com empresas e

conhecem a necessidade de melhorar e simplificar o sistema tributário”.

Nesse sentido, analisa Mendes, existe um espaço bom para fazer reforma. Mas a mudança efetiva na vida das pessoas e das empresas, prevê ele, vai demorar muito. “Uma vez aprovada a reforma, se vai precisar de algum tempo pra fazer legislação complementar e ordinária que vai regulamentar as mudanças. Além disso, se for aprovado o projeto da Proposta de Emenda Constitucional 45 (PEC 45/2019), são muitos anos de transição depois de implementada. Então você aprova uma PEC, regulamenta essa PEC, depois tem 10 anos de transição. O efeito, portanto, não será imediato”.

SISTEMA SIMPLES

A PEC 45/2019, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), está em discussão em comissão especial da Câmara dos Deputados. Relator da proposta, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirma que o ambiente atual é propício à aprovação das mudanças. “Há um consenso de que nosso sistema precisa ser modificado urgentemente. E há convergência de que precisamos de um sistema tributário que seja simples, transparente e justo”. Atualmente, diz ele, há mais clareza do quanto de imposto é pago no consumo e de que é preciso desonerar a folha de pagamento das empresas.

No Senado, a reforma tributária está prevista na PEC 110, apresentada pelos líderes de partidos e apoiada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre. O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), espera aprovar o texto até o final de outubro. “O que se deseja com a reforma é simplificação, modernização e competição e isso é feito com o texto que nós apresentamos aqui”, afirmou o tucano, durante a apresentação do seu parecer, em 18 de setembro.

Pesquisa com parlamentares divulgada no final de setembro pela consultoria Prospectiva confirma esse ambiente favorável à reforma tributária. Segundo a empresa, 68% dos congressistas entrevistados se mostraram favoráveis a uma

proposta que unifique todos os tributos indiretos federais, estaduais e municipais sobre bens de serviço, enquanto 26% dos entrevistados se manifestaram contra essa mudança. Os demais não se posicionaram claramente. De acordo com a pesquisa, a tributação de dividendos, a criação de um imposto verde sobre carbono e a criação de uma taxa para serviços digitais de grandes empresas de tecnologia são apoiadas por cerca de 50% dos parlamentares. O levantamento ouviu, entre 3 e 13 de setembro, 196 deputados federais e 21 senadores (37% dos parlamentares), sendo parte das consultas por telefone, com amostra proporcional ao tamanho das bancadas partidárias.

Marcos Mendes, do Insper, avalia que outro fator favorável à reforma é o fato de Bolsonaro estar no primeiro ano de governo. “No meu livro, falo que tem algumas janelas de oportunidade para você fazer uma reforma. Uma delas é exatamente quando muda governo, ou quando você está em meio a uma crise muito grande. Nesses momentos, as pessoas

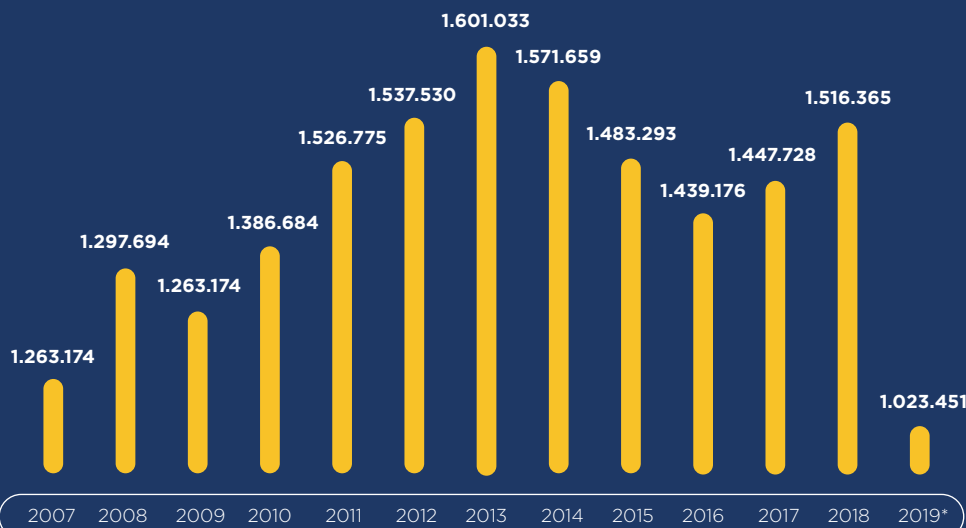
têm um senso maior de urgência, de que é preciso mudar porque o sistema atual não está funcionando. Nós estamos em um momento propício e de menor resistência à reforma. Mesmo assim, é bastante difícil saber se e quando a reforma tributária será aprovada”, afirma o pesquisador.

Ele lembra que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) aprovou uma reforma da Previdência em seu primeiro ano de governo e que Fernando Collor de Mello (1990-1992) conseguiu avançar na abertura da economia também no mesmo período. “Todos os governos em começo de mandato tiveram um espaço e aproveitaram mais ou menos, dentro das suas possibilidades, a oportunidade de fazer reformas”, conclui. No caso da reforma tributária, segundo ele, o principal obstáculo era a resistência dos governos estaduais, que temiam perder arrecadação para o governo federal com as mudanças. Esse temor parece menor diante das atuais circunstâncias econômicas e fiscais.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de

ARRECAÇÃO DEPENDE DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
(A PREÇOS DE AGOSTO/2019 - IPCA)



• R\$ MILHÕES

*ATÉ AGOSTO

Fonte: Secretaria da Receita Federal



▲ Baldez (FIEMA) diz que a reforma pode reduzir desigualdades inter-regionais

A n -
d r a -
de, os
sistemas tri-
butários dos paí-
ses que concorrem com
o Brasil no mercado mundial são muito
mais simples, o que implica custos infe-
riores e dificulta nossa competitividade.
“Precisamos de uma reforma que nos per-
mita competir em igualdade de condições.
A expectativa do setor produtivo é que seja
aprovada uma reforma abrangente, que
englobe tributos nos três níveis de gover-
no, simplifique o regime de impostos, de-
sonere investimentos e exportações e es-
timule o ambiente de negócios”, afirma.

PROPOSTAS EM DISCUSSÃO

O texto em discussão na Câmara dos Deputados prevê a unificação de cinco tributos num imposto sobre valor agregado, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Seriam extintos nove impostos e contribuições. O IBS substituirá três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), com um prazo de transição de 10 anos para o novo sistema. A base de cálculo do IBS, cobrado sobre o consumo e no local de destino dos produtos, será uniforme em todo o país, mas os entes federativos terão autonomia para fixar as alíquotas, que serão aplicadas a todas as operações.

Como cada ente terá uma alíquota, a alíquota final do IBS será a soma das alíquotas federal, estadual e municipal. A proposta também prevê a criação de um imposto seletivo federal, para incidir sobre bens e serviços específicos, cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara e está em discussão numa comissão especial. Se aprovada, a proposta segue ao plenário da Câmara, onde precisará passar por dois turnos de votação. Depois, vai ao Senado.

Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, estuda incluir no parecer a desoneração da folha de pagamento das empresas que contratarem trabalhadores que ganham entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio. Essas companhias teriam uma redução no imposto que pagam sobre os salários desses funcionários. A proposta vai na direção defendida por Guedes, que considera a medida importante para estimular a geração de empregos. O ministro defendeu publicamente a criação de um imposto sobre movimentação financeira para compensar a desoneração da folha de pagamento.

Para Ribeiro, a desoneração deve ser direcionada às empresas mais intensivas em mão de obra. “O custo do emprego no Brasil é exorbitante. Com a desoneração, ajudamos as empresas a gerar mais empregos”, costuma repetir ele nas entrevistas. Os técnicos buscam alternativas de financiamento para compensar a perda na arrecadação caso a medida seja adotada. Uma das possibilidades é elevar a alíquota do Imposto de Renda para quem ganham mais, aumentando a chamada progressividade do sistema tributário brasileiro, isto é, fazer com que quem tem mais renda pague proporcionalmente mais.

No Senado, o relator da proposta de reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), fez ajustes no texto original. A proposta original previa a incorporação de nove tributos ao IBS e a criação de um imposto sobre bens e serviços específicos — o Imposto Seletivo, de competência federal. Em vez disso, Rocha sugere fundir os cinco impostos e contribuições sociais de competência da União em um IBS; e o

ICMS e o ISS, em outro IBS. Na prática, seria criado o IBS dual. Segundo ele, a medida evitaria excessiva concentração de tributos no âmbito da União.

As alíquotas seriam definidas em projeto de lei posterior à eventual aprovação da reforma tributária. A transição para que o IBS seja implementado é de cinco anos. As mudanças feitas por Rocha na proposta original de Hauly atenderam a sugestões de senadores, representantes dos estados e do governo federal, o que amplia o apoio político ao seu parecer. A proposta do Senado mantém benefícios fiscais a micro e pequenas empresas e o tratamento especial para a Zona Franca de Manaus (AM), além da criação de um novo tributo, o IS (Imposto Seletivo), incidente sobre energia, veículos e derivados do petróleo e do tabaco.

FACILITANDO A VIDA DAS EMPRESAS

Ainda que não reduza a carga tributária brasileira, de 33,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, as propostas em discussão no Congresso Nacional devem simplificar o pagamento de impostos no Brasil. Hoje, conforme dados do *Doing Business*, estudo do Banco Mundial (Bird) sobre a facilidade de se fazer negócios em diferentes economias, as empresas gastam, em média, 1.958 horas anuais nas atividades destinadas ao pagamento de impostos. A simplificação prevista nas propostas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal devem reduzir esse tempo significativamente.

“A simplificação é algo que o Brasil precisa de maneira urgente para que a gente volte a ter um crescimento da indústria no Brasil e saia desse ciclo de desindustrialização que temos acompanhado nos últimos 20 ou 30 anos”, afirma Jorge Luiz de Lima, gerente-executivo do Sindicato das Indústrias de Carnes de Santa Catarina (Sindicarnes-SC). Segundo ele, a legislação tributária hoje é muito complexa. “A simplificação é extremamente positiva para a estrutura de uma empresa, uma vez que reduz riscos de uma interpretação distorcida de como deve ser aplicada aos tributos”.

**QUASE
DUAS MIL
HORAS
PARA
PAGAR
IMPOSTOS**

Número de horas que uma empresa de porte médio gasta ao ano para lidar com todas as suas obrigações fiscais

▼

Grã-Bretanha	105
Suécia	122
Japão	129
Canadá	131
França	139
China	142
EUA	175
Alemanha	218
Itália	236
Índia	238
Venezuela	792
Líbia	889
Bolívia	1.025
Brasil	1.958

Fonte: Doing Business – Banco Mundial

Um exemplo de como o sistema tributário atual reduz a competitividade da indústria brasileira é vivenciado diariamente pela Volvo, fabricante de caminhões, ônibus, motores e máquinas, com sede em Curitiba (PR). Além de prestar contas à Receita Federal, a multinacional sueca precisa se preocupar com o enquadramento tributário de suas atividades junto às secretarias de Fazenda dos 26 estados e do Distrito Federal. Em cada uma delas, a legislação tributária e as alíquotas dos impostos são diferentes. Além disso, como tem um banco para ajudar a financiar as vendas no Brasil, a montadora paga impostos municipais, que têm regras próprias.

NOVOS EMPREGOS

Estudo elaborado pela Federação da Indústria do Rio de Janeiro (FIRJAN) estima que a aprovação da PEC 45/2019, em discussão na Câmara dos Deputados, pode gerar um aumento da renda disponível para o consumo de R\$ 135,8 bilhões e cerca de 300 mil empregos por ano. Essa estimativa considera uma desoneração parcial de 40% na folha de pagamento. Sem a participação de estados e municípios, a renda gerada cai para R\$

39 bilhões. No caso da PEC 110/2019, em discussão no Senado Federal, o estudo projeta um ganho potencial de consumo no país de R\$ 122 bilhões.

O consultor Cláudio Sá Leitão, especialista no tema, também destaca a simplificação como medida mais importante. “O nosso atual sistema tributário é considerado o mais complexo do mundo. A simplificação trará consigo a redução na burocracia, a transparência na aplicação dos recursos, a equidade na carga tributária, o fim da cumulatividade dos tributos e a eliminação das distorções competitivas. Ou seja, uma medida que terá o poder de resolver de uma vez por todas a histórica injustiça do nosso sistema de tributação”, avalia.

Na opinião do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIAM), Antônio Silva, o aspecto mais importante da reforma tributária é a cobrança do novo imposto, o IBS, no destino e não na fonte produtora, como é atualmente. “Isso causará um impacto muito grande nos estados que produzem muito mais do que consomem”, afirma. Apesar da simplificação, diz ele, a criação do imposto sobre valor agregado, aliada ao longo período de transição previsto para evitar perda de



arrecadação para os estados, pode aumentar inicialmente a complexidade do sistema tributário brasileiro.

Para Bernard Appy, “a estrutura de distribuição das empresas está montada em função dos benefícios fiscais” e a mudança tributária pode reconstruir um sistema mais saudável. Afinal, alguns incentivos fiscais geraram aumento de custos de logística. “Ou seja, você está gastando mais de estrada, de caminhão e de combustível”, lembra ele, ao explicar os aspectos adversos da guerra fiscal. Questionado sobre o impacto da reforma tributária para a economia, Appy afirma que os estudos do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) estimam um aumento do PIB potencial em 15 anos de uns 24%, além de uma alta de 12% na produtividade da indústria.

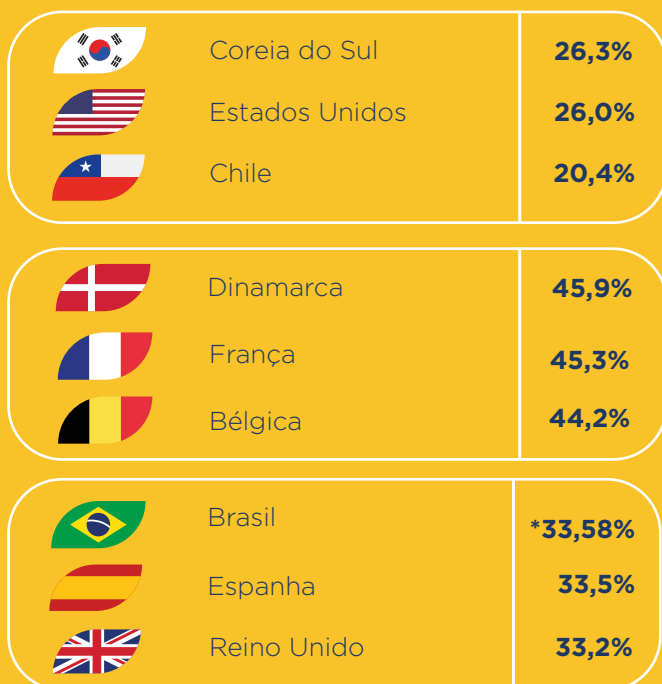
CADEIAS PRODUTIVAS

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIE-MA), Edilson Baldez, o fim da guerra fiscal “deve valorizar as cadeias produtivas que possuem vantagens competitivas” e as unidades federadas poderão gerar fluxos de comércio internacionais mais vantajosos. “Sem o uso exagerado dos incentivos fiscais, as empresas deverão focar melhor no

tamanho e nas características do seu mercado consumidor, que hoje não é tão fundamental”, prevê o dirigente.

Em relação ao desenvolvimento regional, Neves argumenta que a estrutura tributária estadual e municipal é também uma fonte de grandes ineficiências, distorções e restrições ao poder de competição das empresas, a exemplo da cumulatividade, tributação mista entre origem e destino, créditos tributários de baixa recuperação ou uso excessivo do mecanismo de substituição tributária. “Na medida em que se admite melhor distribuição da arrecadação dos impostos entre os entes da federação, é de se esperar que maior parcela de renda fique em circulação nos estados e municípios e isso vai impulsionar a demanda agregada”, aposta, com otimismo.

O presidente da FIEMA considera, ainda, que a reforma tributária, ao desburocratizar, acabar com a cumulatividade dos impostos e dar segurança jurídica ao ambiente de negócios, ganha maior importância para a retomada dos investimentos produtivos, para induzir ganhos de competitividade para a indústria, expandir as exportações e elevar o emprego e a renda. “Com isso, reduziremos as desigualdades inter-regionais”, aposta Neves. ■



*DADO PRELIMINAR DE 2018

Fonte: OCDE e Secretaria do Tesouro Nacional

As propostas de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional

PEC 45/2019
(Câmara dos Deputados)
O que propõe

Extinguir cinco tributos:

- ❖ Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – federal;
 - ❖ Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) – federal;
 - ❖ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) federal;
 - ❖ Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) – estadual; e
 - ❖ Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) – municipal.
- ❖ Criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):

A base de cálculo será uniforme em todo o país, mas os entes federativos terão autonomia para fixar as alíquotas, que serão aplicadas a todas as operações. Como cada ente terá uma alíquota, a alíquota final do IBS será a soma das alíquotas federal, estadual e municipal. A proposta também prevê a criação de um imposto seletivo federal, para incidir sobre bens e serviços específicos cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas.





PEC 110/2019 (SENADO)

O que propõe

Extinguir nove tributos:

- § Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – federal;
- § Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) – federal;
- § Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – federal;
- § Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) – estadual;
- § Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) – municipal;
- § Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – federal;
- § Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep) – federal;
- § Salário-Educação (contribuição social destinada ao financiamento de programas) – federal; e
- § Cide-Combustíveis (contribuição social destinada a investimentos em infraestrutura de transporte) – federal.

Criar um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS); Criar um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal, que incidirá sobre itens como petróleo e derivados, combustíveis e lubrificantes, cigarros, energia elétrica e serviços de telecomunicações; Extinguir a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributo pago por toda pessoa jurídica. Esse tributo será incorporado pelo Imposto de Renda, que passa a ter alíquotas ampliadas;

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Governos estaduais apoiam mudanças

SECRETÁRIOS DE FAZENDA QUEREM VER A APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, MAS LEMBRAM QUE HÁ AJUSTES A SEREM FEITOS



▲ F: João Paulo Barbosa

AS PROPOSTAS de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional podem ajudar a vida tanto do cidadão comum quanto do empresário e do governo, mas cada um sentirá esses benefícios de um jeito de diferente, avalia o secretário da Fazenda do Espírito Santo, Rogelio Pegoretti. “A principal importância da reforma é simplificar a arrecadação de impostos no Brasil e simplificar a gestão tributária das empresas. Isso fará com que o ambiente de negócios no país melhore e que haja desenvolvimento e crescimento sustentável”.

Do ponto de vista do cidadão comum, afirma Pegoretti, as vantagens incluem a melhoria do ambiente de negócios, com mais emprego, mais crescimento no país e maior atividade econômica. “Vamos ter

mais pessoas empregadas e os consumidores verão maior transparência sobre o custo do tributo e o valor dos tributos que estão pagando”, explica o secretário.

No caso das empresas, haverá um custo menor de gestão tributária, com mais segurança jurídica, o que incentiva novos investimentos. “No caso do governo estadual, teremos uma redução bem grande do contencioso tributário que gera altos custos, tanto para a administração quanto para o Poder Judiciário. Teremos, também, uma fiscalização mais simplificada porque, da mesma forma que é difícil para a empresa apurar o valor e a forma correta de pagar, é difícil também para o Estado fiscalizar e verificar se aquele tributo pago é o correto”, resume Pegoretti.



◀ Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) quer incluir ajustes na proposta que está no Senado para assegurar maior autonomia aos governos estaduais

“Nas últimas décadas, diminuiu o equilíbrio na distribuição das receitas públicas por causa do avanço de alguns tributos federais sobre as mesmas bases econômicas dos tributos estaduais e municipais”

▲
**Renê de Oliveira
Garcia Júnior**

secretário da Fazenda
do Paraná

AUTONOMIA

Para Renê de Oliveira Garcia Júnior, secretário da Fazenda do Paraná, a reforma tributária visa corrigir os problemas atualmente existentes no sistema tributário nacional, “em especial, a complexidade e o tempo exigido do contribuinte para atender às obrigações acessórias tributárias”, diz o executivo. Além disso, o secretário considera que, “nas últimas décadas, diminuiu o equilíbrio na distribuição das receitas públicas por causa do avanço de alguns tributos federais sobre as mesmas bases econômicas dos tributos estaduais e municipais”.

Em relação às propostas conhecidas até o momento, Garcia Júnior diz que o ponto mais relevante é a preservação da autonomia tributária dos entes federados, o que assegura uma menor dependência financeira dos estados e municípios em relação à União. Nesse sentido, afirma, a melhor proposta é a elaborada pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz). “Essa proposta busca corrigir as imperfeições existentes para oferecer um melhor ambiente tributário aos contribuintes”.

A sugestão dos estados, já entregue ao Congresso Nacional, é baseada na PEC 45/2019, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. A alternativa elaborada pelos secretários mantém a ideia do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), mas prevê que o imposto seja administrado apenas por estados e municípios. Isso significa que a União não poderia, por exemplo, opinar

**ICMS é
maior
fonte de
receita
estadual**

(Dados de 2019, divisão em %)

*Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

ICMS
83,37%

IPVA
10,29%

ITCD*
1,4%

TAXAS
2,65%

Outros tributos
2,31%

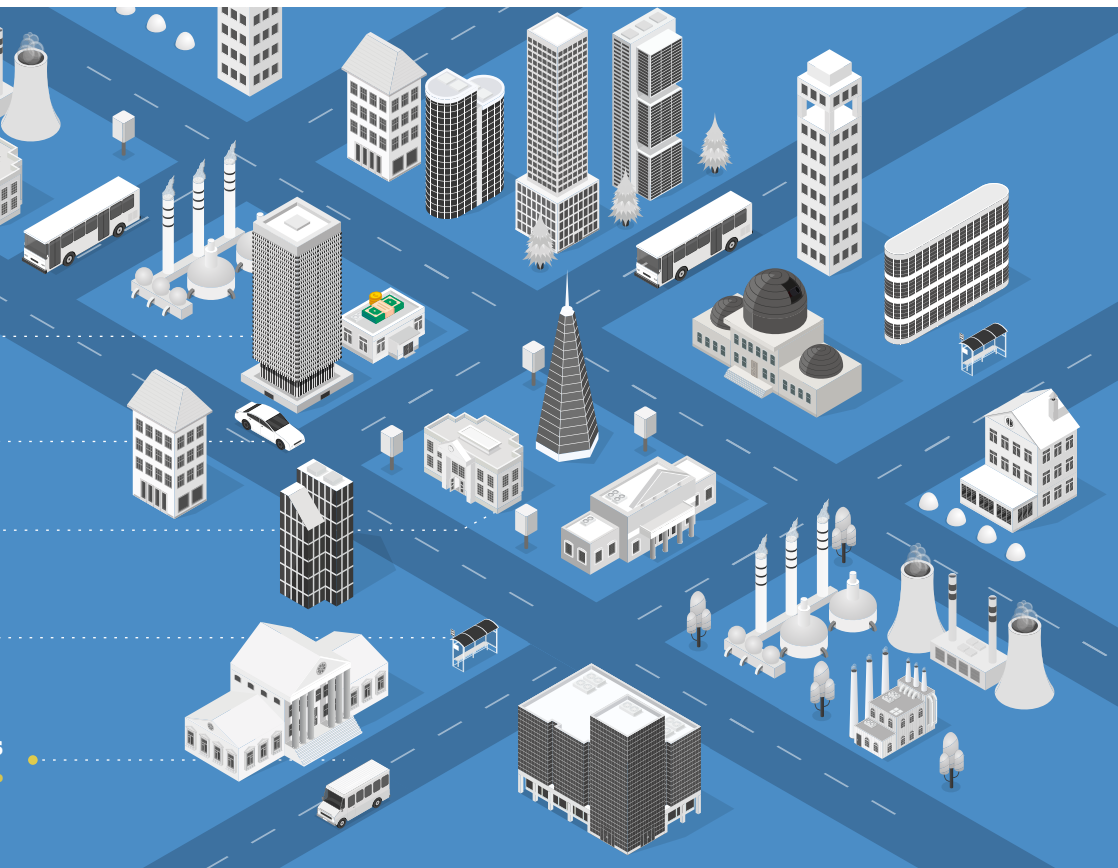
sobre mudanças de alíquota. Além disso, o texto mantém a Zona Franca de Manaus (AM) e prevê um mecanismo para substituir outros incentivos fiscais. Para isso, seria criado um fundo de desenvolvimento regional, financiado com parte da arrecadação do novo imposto.

Questionado sobre os efeitos da reforma tributária para a cadeia produtiva do Paraná, Garcia Júnior afirma que o tributo substitutivo deve ser neutro e não deve interferir no setor produtivo, pois a sua função é financiar o Estado e promover os serviços públicos à população. “Consideramos um equívoco a aplicação de um tributo como um elemento para fomentar a competitividade, como já se observou nas sequelas produzidas pela guerra fiscal promovida entre as unidades da federação. A dinamização das cadeias produtivas deverá ser obtida por meio do investimento em infraestrutura e logística, de forma a incrementar as vantagens competitivas”.

Pegoretti, do Espírito Santo, diz que ainda não há estudos aprofundados com dados seguros para saber se o Estado de

fato terá perdas ou ganhos de arrecadação com a reforma. “Mas nos preparamos para dinamizar a economia local independentemente da aprovação da reforma tributária. O governador Renato Casagrande criou o primeiro fundo soberano de um Estado brasileiro, nos moldes do fundo soberano de Singapura e da Noruega. Estamos fazendo aportes anuais da ordem de R\$ 500 milhões e pretendemos que o fundo dinamize nosso desenvolvimento econômico e social”.

Embora defenda a reforma tributária, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIAM), Antônio Silva, diz que as mudanças terão impacto negativo para a indústria local, mesmo mantendo um diferencial que preserve uma vantagem fiscal compensatória. “O desafio está exatamente em encontrar um fator que equacione o problema da arrecadação fiscal do Estado com a necessidade de um atrativo que viabilize a permanência e a implantação de novas indústrias, preservando a capacidade competitiva no mercado”, argumenta. ■



Fonte: Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

Validação de acordos comerciais tem que melhorar

DEPUTADO FEDERAL EDUARDO BOLSONARO, CANDIDATO À EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON, ANALISA O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE TRATADOS NEGOCIADOS, INDICA SEU VIÉS PRÓ-MERCADO E EXPLICA SUAS PRIORIDADES NOS EUA CASO SEJA CONFIRMADO PELO SENADO



► Prioridade em Washington seria trabalhar pela imagem do país, diz deputado

O PRESIDENTE da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), considera que uma das suas prioridades à frente do colegiado é agilizar a análise dos acordos comerciais assinados pelo Brasil com outros países e pelo Mercosul com outros blocos comerciais. “Antes de um acordo ser assinado, ele precisa de um parecer de todos os ministérios pertinentes. Depois de assinado, quando retorna para o Brasil, percorre novamente todos esses ministérios. Não faz sentido esse retrabalho”, afirma o deputado, eleito em 2018 com a maior votação da história.

► **Quais foram as prioridades da comissão ao longo deste ano?** Eu coloquei adiante o acordo com Cingapura para evitar a bitributação. Esse acordo obviamente já foi assinado, mas estava parado na minha mesa. Também coloquei adiante o acordo Brasil e Emirados Árabes Unidos para eliminar a bitributação. Isso já mostra um pouco do viés da comissão: uma pegada mais liberal, mais pró-mercado. Na comissão eu posso fazer o que está ao meu alcance referente às pautas, organizar as audiências públicas, discutindo questões como a entrada do Brasil na OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) ou a incorporação da Embraer pela Boeing, mas não tenho poder de colocar adiante o que não está sobre a minha mesa. Acho que o principal mesmo é conseguir pautar os acordos internacionais que chegam, fazer bons relatórios para que sejam aprovados na comissão e dar continuidade.

► **A aprovação dos acordos comerciais demora?** Um acordo internacional, quando chega no Brasil, demora em média três, quatro anos ou às vezes até décadas, se não for do interesse do governo enviar para o Congresso Nacional para que seja internalizado. Nesse sentido, fiz contato com o ministro Jorge Oliveira para que seja editado um decreto presidencial, o 9191, para que a gente tenha uma internalização mais rápida desses acordos aqui no Brasil.

► **Como isso se daria?** Antes de um acordo ser assinado, ele precisa de um parecer de todos os ministérios pertinentes. Depois de assinado, quando retorna para o Brasil, percorre novamente todos esses ministérios. Não faz sentido esse retrabalho. Esse decreto 9191 trata exatamente disso, para que não seja mais necessário que o acordo, após assinado, percorra todos os ministérios novamente antes de ir para o Congresso.

► **E a implementação do acordo do Mercosul com a União Europeia, como está?** Eu avalio de forma positiva. O Mercosul sempre foi famoso por ser um bloco protecionista. Tudo que ele produzia acabava sendo para consumo interno e a gente não tinha um acordo grande com nenhum outro bloco. O acordo Mercosul União Europeia é o

primeiro de proporções gigantescas. Gosto muito da fala do secretário de comércio internacional do Ministério da Economia, professor Marcos Troyjo, em que ele diz que o governo Bolsonaro teve coragem de colocar esse acordo para a frente.

► **Em relação aos novos acordos comerciais, quais são as negociações prioritárias?** Vivemos hoje, no cenário mundial, um retorno aos acordos bilaterais. Os acordos bilaterais são bem vindos? Óbvio que sim. Se der para negociar um acordo novo junto com o Mercosul, perfeito. Se não der, a gente vai para o bilateral. Tem que colocar adiante o emprego aqui no Brasil. Continuamos com milhões de desempregados e aproveitamos muito pouco o comércio internacional. Acordos bilaterais estão sendo tratados não só com os Estados Unidos, mas com a Coreia do Sul, com o Japão e com alguns outros países. Outro acordo bom também está saindo agora com o México, então a gente tem que aproveitar esse momento não só para fechar esses acordos, mas para também fazer o dever de casa. De nada adianta fechar um acordo com uma grande potência se aqui dentro tem problemas trabalhistas, previdenciários. Isso vai nos impedir de colocar o Brasil nessa cadeia de produção internacional. Se o Brasil fizer a reforma da Previdência e uma reforma tributária bem feitas, a gente vai decolar e vai acontecer conosco mais ou menos o que aconteceu com o Chile nos anos 1980 e, daqui a uns 10 ou 20 anos, se Deus quiser, nós vamos estar com a melhor renda per capita da América Latina.

► **Aprovada a sua indicação para a embaixada em Washington, quais seriam as suas três prioridades do ponto de vista econômico e comercial?** Primeiro: fazer a imagem do Brasil no exterior. Segundo: trabalhar por um acordo comercial de livre comércio com os EUA. Terceiro: percorrer a comunidade brasileira de forma que ela seja abraçada pelo governo para se sentir parte do Brasil. Acho que esses seriam os três grandes objetivos porque lá em Washington não estão somente os americanos; lá você tem a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e embaixadores que têm contato direto com os chefes de Estado. ■

Indústria e



É URGENTE RETOMAR AS OBRAS QUE ESTÃO PARADAS

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 4 de setembro, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou que é necessário retomar as obras paradas no país para atrair investidores e dinamizar a economia. Segundo o governo federal, existem, atualmente, 4.032 obras paralisadas no Brasil. Desse total, 718 são de infraestrutura e, em sua maioria, de saneamento básico. “Os custos associados às paralisações somam dezenas de bilhões de reais”, destacou Andrade.

TRATADO PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS ENTRE BRASIL E ALEMANHA

A CNI defende a celebração de um acordo entre o Brasil e a Alemanha para evitar a dupla tributação e estimular o investimento, as exportações e a aquisição de tecnologia. O tratado foi um dos principais temas discutidos por mais de mil empresários, além do então presidente em exercício do Brasil, Hamilton Mourão, no 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha (EEBA), entre 15 e 17 de setembro, em Natal (RN). A Alemanha é o nono maior investidor direto estrangeiro no Brasil, com estoque de US\$ 16 bilhões aplicados. Já o Brasil tem US\$ 386 milhões investidos no país europeu.



m Ação



PARCERIA DA CNI COM A APEX-BRASIL

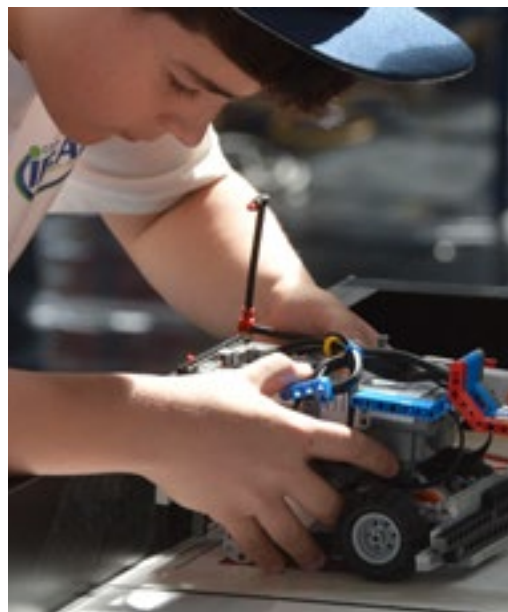
A CNI, por meio da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil), firmou nova parceria para apoiar a estratégia de inserção de empresas brasileiras no comércio internacional. Nos próximos 30 meses, a meta é atender a 1.700 empresas de diferentes setores industriais e estados e gerar, ao menos, US\$ 350 milhões em novos negócios. A parceria das duas entidades foi iniciada em 2008.

COMO IMPULSIONAR A INDÚSTRIA DE DEFESA E SEGURANÇA

Grupos de trabalho do Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança (Condefesa) da CNI vão apresentar, até 25 de novembro, propostas relacionadas ao mercado externo, ao financiamento, à previsibilidade orçamentária e à tecnologia e inovação. Segundo o presidente do Condefesa, Glauco Côrte, a indústria de defesa e segurança responde por quase 4% do PIB nacional. Para a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, é necessário modificar o atual cenário, pois, na contramão do que ocorre mundialmente, o Brasil está cortando investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

SESI INVESTE EM NOVA MODALIDADE DE TORNEIO DE ROBÓTICA

Skystone é o tema da nova temporada do Torneio Sesi de Robótica FIRST Tech Challenge (FTC), lançada mundialmente no dia 7 de setembro. Estudantes do ensino médio terão de pensar em soluções para as nossas cidades, além de projetar, prototipar e programar robôs autônomos na competição – um pouco mais complexa que a já tradicional FIRST Lego League (FLL), que conta com robôs de lego. O Sesi é o operador oficial no Brasil da FLL desde 2013 e, desde o ano passado, de um projeto piloto, de FTC. As melhores equipes se classificam para torneios internacionais.



► O objetivo central dos dois projetos é proteger o meio ambiente sem comprometer os investimentos necessários ao desenvolvimento do país

▲ F: João Paulo Barbosa



Legislação ambiental pode ser mais racional

PROPOSTAS PRECISAM REORGANIZAR UM MARCO LEGAL QUE CRIA INSEGURANÇA JURÍDICA E AFASTA INVESTIDORES

DOIS projetos de lei relevantes para o setor produtivo, que atualizam a legislação ambiental, encontram-se em debate no Congresso Nacional. Ambos propõem a criação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, a fim de reduzir a burocracia e tornar o processo de concessões mais ágil e eficiente, sem prejuízos ao meio ambiente. “Não há hoje um marco legal sobre essa temática, mas um emaranhado de legislações, normas, portarias e resoluções que geram grande insegurança jurídica”, avalia Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na Câmara dos Deputados, o PL 3.729/2004 vem sendo debatido há 15 anos. Já foi arquivado, desarquivado e pautado em plenário 16 vezes, mas agora vem sendo conduzido de modo mais estratégico para que possa ser votado no plenário ainda neste ano. O texto atual é fruto de cerca de 10 audiências públicas com diferentes atores da sociedade civil e procura ser o mais convergente possível, inclusive por meio de constante diálogo com a base ambientalista da Câmara, conta o deputado federal Sérgio Souza (MDB/PR), membro do grupo de trabalho destinado a analisar o marco legal do licenciamento.

O emedebista destaca, entretanto, que ainda existem pontos divergentes sobre a temática que precisam ser esclarecidos. “O Congresso Nacional tem bases ideológicas e alguns parlamentares vão divergir independentemente do texto. Alguns conhecem superficialmente o PL e se manifestam como se ele fosse ruim para o meio ambiente. Temos que chamar a sociedade para ler o projeto e ver que ele não muda nenhum critério para facilitar o licenciamento. Muito pelo contrário: ele até cria critérios mais rigorosos. Mas ele proporciona uma agilidade para que o licenciamento não demore anos e anos, atrasando o desenvolvimento do país e reduzindo a oferta de empregos”, diz Sérgio Souza.

Já no Senado, o PL 168/2018 vem sendo discutido em audiências públicas, inclusive em outras regiões do país. O senador Acir Gurgacz (PDT/RO), autor do texto, acredita que é um projeto que merece ser discutido a fundo com a sociedade, como foi feito com o atual Código Florestal entre 2011 e 2012, quando presidiu a Comissão de Agricultura no Senado. “No Código Florestal, buscamos um consenso possível entre a produção e a proteção e preservação do meio ambiente. Fizemos audiências públicas em diferentes regiões do país, ouvimos a população, os produtores rurais, técnicos e cientistas de diversas áreas de interesse e chegamos a um consenso possível”, recorda o senador. ■

▼
Iniciativas como a da CNI têm sido cada vez mais comuns no país, segundo estudos recentes, mas nenhuma até aqui teve o grau de complexidade do projeto iniciado em agosto pela entidade

REGULAMENTAÇÕES

NORMAS



Revista Indústria Brasileira ► outubro 2019



COMPLIANCE

REGRAS



REQUERIMENTOS

OLÍTICAS



LEIS

Um passo à frente

CNI E ESPECIALISTAS ESTÃO DESENHANDO UM PLANO INÉDITO PARA ASSEGURAR A ADEÇÃO DO SISTEMA INDÚSTRIA ÀS MELHORES PRÁTICAS DE COMPLIANCE DO PAÍS

COM o objetivo de incorporar novas práticas de governança corporativa, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) começou a desenhar, em agosto, um novo sistema de *compliance*, iniciativa que irá se somar às ações de transparência, controle e supervisão de contas adotadas nos últimos anos. “Queremos atualizar nosso sistema tendo como referência as melhores práticas adotadas no Brasil e no exterior”, afirma Glauco Côrte, vice-presidente executivo da CNI e responsável pela coordenação dos trabalhos.

“Em primeiro lugar, é importante dizer que já temos um bom sistema de controle. Durante os últimos anos se trabalhou muito nisso, por meio da simplificação e da desburocratização, pois havia um excesso de normas, portarias e resoluções. Queremos que, dentro de um sistema mais simples, efetivo, menos burocrático e mais transparente, se possa melhorar o nível de desempenho da organização. Estamos dando um passo adiante com a atualização e modernização dos nossos sistemas de controle e acompanhamento”, explica Côrte.

“Esse talvez seja o programa mais completo que se vai fazer no Brasil, (pois) envolve interesses de direito privado e recursos de contribuição parafiscal”

▲ **Gilson Dipp**

consultor e ex-ministro
do Superior Tribunal
de Justiça

O vice-presidente da CNI também destaca que o grande beneficiário desse processo será o Sistema Indústria. Segundo ele, a transformação será maior no Serviço Social da Indústria (SESI) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) “porque são as nossas entidades com maior número de atividades, orçamentos maiores e maior número de colaboradores”. “Mas nós estamos fazendo

um sistema integrado que permita uma visão global do Sistema Indústria em termos de boas práticas de governança”, explica. O processo foi iniciado em agosto e o compromisso é concluir os trabalhos no prazo máximo de um ano.

TRABALHO APROFUNDADO

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, contratado pela CNI para implementar o programa, afirma que a instituição, assim como outras organizações, precisa se adequar ao novo marco legal sobre *compliance* no Brasil, com a aprovação da Lei 12.846/13 e das portarias da Controladoria Geral da União. A implementação de novas práticas deve incluir, segundo ele, um novo código de conduta aperfeiçoado e assimilado à legislação.

“É um desafio, porque é um trabalho inédito no Brasil, pela própria tipificação e peculiaridade da CNI e do Sistema Indústria”, resume Dipp, hoje consultor do escritório Carneiros Advogados Associados. Segundo ele, transparência, governança e integridade são essenciais para o bom desempenho das atividades de uma organização. “Nós estamos, por exemplo, fazendo um trabalho aprofundado para

saber quais são as áreas de risco do Sistema Indústria”, conta Dipp, que também foi Corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A identificação das áreas de risco é essencial para que se possa definir quais são os mecanismos adequados para garantir maior integridade nas ações da organização, seja no que tange à transparência, adequação legal ou mesmo nas relações da CNI com entidades públicas e privadas, conforme explica o advogado Rafael Carneiro, sócio do escritório contratado e professor de Direito do IDP.

Entre as medidas em estudo, relata Dipp, estão “um novo código de conduta, a criação e o aperfeiçoamento dos chamados canais de denúncia, para que se possa aferir com transparência toda e qualquer informação que se venha a ter”. Para o ex-ministro, a experiência da CNI é única no país. “Esse talvez seja o programa mais completo que se vai fazer no Brasil pelas peculiaridades do funcionamento da CNI e do Sistema Indústria, que envolve interesses de direito privado e recursos de contribuição parafiscal”, explica.

Ações de *compliance* têm sido cada vez mais comuns no país. Elaborada pela consultoria Deloitte, a edição 2018 da pesquisa *Integridade Corporativa no Brasil – Evolução do compliance e das boas práticas empresariais nos últimos anos*, mostra que vem aumentando o número de empresas preocupadas em melhorar suas práticas de governança corporativa. Até 2020, segundo a pesquisa, 71% das empresas deverão ter um código de ética e conduta. Nas pesquisas anteriores, esse número era 48%, no período 2012-2014, e de 62%, no período 2015-2017.

Segundo o estudo, que ouviu representantes de 211 companhias, 59% das empresas têm ou terão, até 2020, um profissional designado para garantir o cumprimento das políticas de governança e do código de ética. Esse índice foi de 27% no período (2012-2014) e de 46% no período 2015-2017. A pesquisa de 2018 mostra, ainda, que 71% das empresas entrevistadas têm práticas que buscam garantir o comprometimento concreto da alta administração com as ações de governança corporativa.

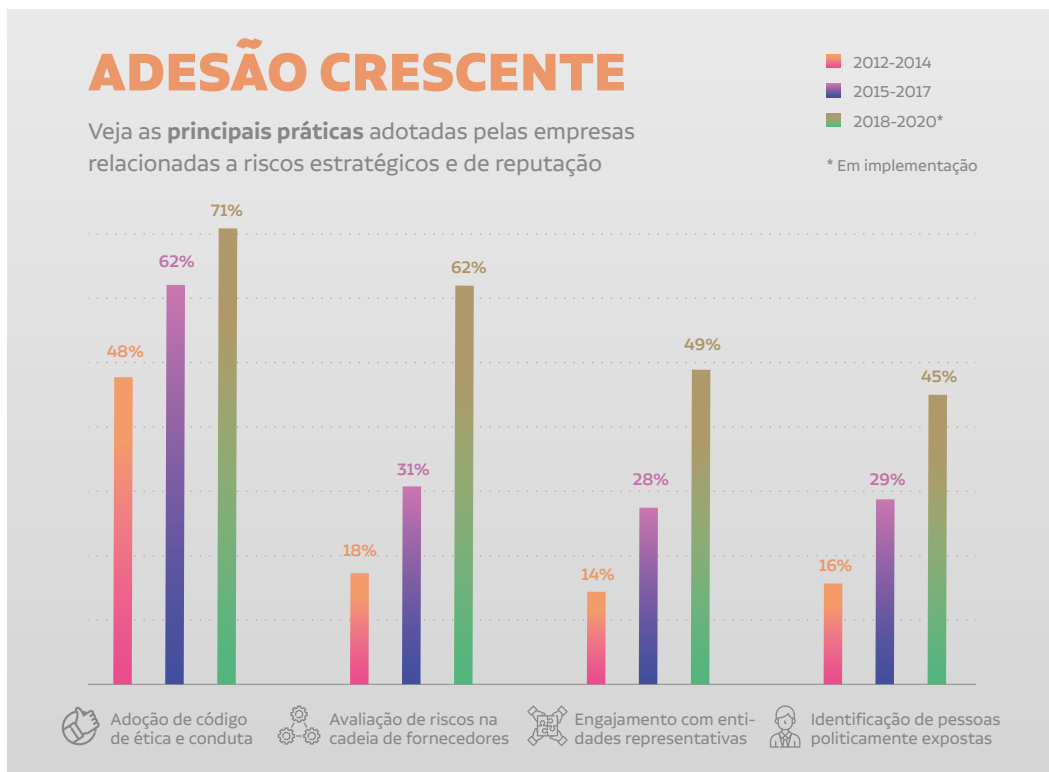
TENDÊNCIA IRREVERSÍVEL

Ronaldo Fragoso, sócio da área de Risco regulatório e Private Companies da Deloitte, destaca, ainda, que as empresas têm hoje uma maior preocupação em avaliar os fornecedores e os controles financeiros, inclusive do ponto de vista contábil, além da necessidade de auditorias externa e interna. Para ele, a preocupação em adotar práticas de *compliance* é uma tendência internacional irreversível, mais madura em países desenvolvidos, e que vem crescendo no Brasil nos últimos quatro anos.

Na avaliação dele, as multinacionais que atuam no Brasil ou com negócios com empresas brasileiras acabam pressionando seus parceiros comerciais a também adotarem regras de *compliance*. Além disso, afirma Fragoso, os problemas de corrupção verificados no Brasil nos últimos anos contribuem para que empresas públicas e privadas adotem práticas de boa governança. “Se a empresa não adotar práticas como um canal de denúncias ou código de ética, traz riscos para o seu próprio negócio”, avalia.

Para Cynthia Catlett, da FTI Consulting, regras de *compliance* vêm se tornando imprescindíveis para a grande maioria das empresas. “Como o próprio nome diz, atuar em *compliance* significa agir de acordo com leis, regras, normas, padrões e regulamentos internos e externos. As normas de *compliance* auxiliam as empresas a delimitarem quais práticas e ações estão alinhadas aos objetivos estratégicos e aos valores da empresa. Empresas e executivos que adotam normas de *compliance* no seu dia a dia têm importantes ganhos operacionais, financeiros e reputacionais”, diz a consultora.

A advogada Roberta Codignoto, também especialista em *compliance*, diz que, apesar de ter um maior número de empresas buscando melhores práticas de governança, como adequar internamente as suas áreas, ainda há muito desconhecimento. “Nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, as empresas já estão mais familiarizadas e com seus programas mais amadurecidos e avançados. No entanto, no interior de São Paulo e até em capitais menores, você vê empresas que ainda não têm contato com a matéria”, avalia. ■



Fonte: Deloitte/
Integridade corporativa
no Brasil - Evolução do
compliance e das boas
práticas empresariais nos
últimos anos - 2018

Diálogo para novos tempos

▼
Iniciativas de qualificação dos trabalhadores estão entre as prioridades nas tratativas entre trabalhadores e industriais

INDÚSTRIA E CENTRAIS SINDICAIS INAUGURAM SÉRIE DE ENCONTROS EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS E O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO



DESDE julho deste ano, a indústria e os representantes de seis centrais sindicais têm se reunido para discutir pautas comuns que promovam interesses tanto de empresários como de trabalhadores, em busca de empregos de qualidade, aumento de produtividade e crescimento sustentado. É uma iniciativa inédita que pode estabelecer um novo padrão de concertação entre esses dois segmentos sociais.

Segundo Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os encontros “são iniciativa fundamental visando colocar o país em uma nova trajetória de desenvolvimento, que vai gerar empregos de qualidade e isso terá efeito positivo sobre a economia”. Ganz reconhece que os desafios são grandes: “Não é simples. Muitas vezes, as agendas são contraditórias”. Mas o diretor lembra que o esforço é importante, pois pode “permitir uma convergência de prioridades estabelecidas em comum acordo”.

José Pastore, professor de relações do trabalho da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), também considera a iniciativa importante no momento atual. “O trabalhador precisa se ajustar às especificidades da tecnologia moderna no dia a dia e, para isso, é preciso a participação das próprias empresas nas atividades de treinamento continuado e retreinamento. Esse desafio conjunto vai ser um esforço grande da sociedade”, explica.

O professor lembra que a união de capital e trabalho costuma ajudar na solução de problemas. “Há três anos, por meio de negociação, bancários e banqueiros firmaram convenção coletiva, segundo a qual os bancos têm a responsabilidade de treinar e retreinar os bancários o tempo todo para ajudá-los a assimilar as novas tecnologias. Isso está em andamento e foi fruto dessa interface entre empresas e centrais sindicais”, conta Pastore.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, é preciso investir nos pontos de convergência: “A indústria está dialogando com representantes dos trabalhadores para a construção de uma agenda comum para o desenvolvimento do país, para a geração do emprego e para o futuro da indústria e do trabalho. É normal termos divergências, mas estamos do mesmo lado para construir um Brasil melhor”.

Nos últimos anos, a crise econômica e as inovações tecnológicas impactaram as diferentes ocupações, exigindo investimentos crescentes na capacitação e na requalificação dos trabalhadores. Segundo o *Mapa do Trabalho Industrial*, estudo realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o país vai precisar qualificar 10,5 milhões de trabalhadores da área industrial até 2023. O alcance dessa meta é importante para os industriais, os próprios trabalhadores e suas famílias, bem como para a sustentação da atividade econômica no país. ■

Nova lei permitirá licitações mais eficientes

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, PRESIDENTE DO TCU, CONSIDERA POSITIVA A MUDANÇA DE REGRAS QUE JÁ DURAM 26 ANOS E EXPLICA COMO ELA PODE TRAZER MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA ÀS COMPRAS GOVERNAMENTAIS



► TCU está preocupado em apoiar os gestores públicos, diz Múcio

A REVISÃO da Lei de Licitações, que completou 26 anos em 2019, pode estabelecer regras alinhadas a práticas mais modernas e uniformizar com qualidade inédita as compras governamentais no país, diz o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Múcio Monteiro. “Além disso, a revisão da legislação pode dar mais segurança e agilidade aos bons gestores”, reforça o ex-parlamentar e ex-ministro de Estado, formado em engenharia civil e com larga experiência sobre a administração pública. Nesta entrevista, José Múcio também descreve em detalhes o minucioso processo de fiscalização externa de recursos administrados pelo Sistema S, que busca dar transparência à aplicação desse dinheiro.

► **Como funciona o processo de fiscalização dos recursos do Sistema S?** A partir de uma reestruturação que fizemos este ano na forma de atuação do tribunal, todas as entidades integrantes do Sistema S passaram a ser auditadas pela Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais, localizada em Brasília, e que conta com auditores em vários estados. Atuamos na fiscalização dos recursos públicos do Sistema S de modo similar a todas as demais instituições auditadas, por meio da prestação de contas dos administradores, como a publicação dos relatórios de gestão das entidades no Portal TCU ou o julgamento das contas dos responsáveis. Também realizamos auditorias operacionais ou de conformidade e fazemos a análise e apreciação de denúncias e representações.

► **Esse processo garante a transparência e qualidade da fiscalização?** Todas as análises dos processos de controle externo do tribunal passam por diversas instâncias de revisão, garantindo a qualidade dos trabalhos. A equipe técnica elabora a instrução, que é revisada pela chefia imediata e, em seguida, passa pelo titular da unidade técnica. Por sua vez, a análise técnica é submetida à apreciação do ministro relator do processo e, quando obrigatório ou solicitado, recebe o parecer do Ministério Público junto ao TCU. Ao final, todas as manifestações são submetidas ao colegiado do tribunal em sessão pública para deliberação, publicada posteriormente no Portal do TCU na internet. Um dos objetivos estratégicos do tribunal é fomentar a transparência na administração pública para que a sociedade perceba e valorize os produtos e serviços oferecidos pelas instituições que lidam com o dinheiro público.

► **A Câmara dos Deputados aprovou, em setembro, mudanças na Lei de Licitações, que ainda serão analisadas pelo Senado Federal. Qual a importância de se revisar as regras de compras governamentais?** A Lei 8.666, de 1993, completou 26 anos em junho de 2019. Ao longo de todo esse tempo, houve mudanças significativas na forma como a administração pública conduz suas compras e seus contratos em razão de avanços tecnológicos, de transparência e outros. O TCU foi, em grande medida, responsável por fomentar esses avanços. Sistematizou sua jurisprudência de licitações e contratos, passou a tratar com celeridade representações, denúncias e consultas relacionadas às compras públicas e instituiu uma unidade técnica especializada para fiscalizar e acompanhar essa temática, a Selog (Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas).

► **As regras serão mais modernas?** A revisão da Lei de Licitações pode trazer, sim, regras alinhadas às práticas mais modernas dos órgãos públicos e do mercado, às novas tecnologias, à doutrina e à jurisprudência relacionadas ao tema, consolidando e uniformizando as compras governamentais no país. Além disso, a revisão da legislação pode dar mais segurança e agilidade aos bons gestores. O TCU está buscando cada vez mais auxiliar e encontrar soluções para os gestores que estão realmente empenhados em melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

► **As mudanças contribuem para dar mais transparência ao uso dos recursos públicos?** A transparência é expressamente citada como um dos princípios básicos da aplicação da nova lei. Assim, a expectativa é de que as mudanças propostas no Projeto de Lei 1292 contribuam para dar mais transparência às compras públicas brasileiras. Como exemplo, podemos citar a exclusão de modalidades licitatórias presenciais conhecidas pela pouca transparência, como: o convite e a tomada de preços; a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos referentes às licitações; e a criação de sistema público de registro cadastral unificado de licitantes.

► **As mudanças previstas no projeto aprovado facilitam o trabalho de fiscalização realizado pelo TCU?** Mudanças que tenham por objetivo ampliar a transparência dos gastos públicos e fomentar as boas práticas de governança em licitações e contratos, se bem aplicadas, podem fortalecer e facilitar o trabalho do TCU. Além de comandos que induzem práticas contínuas de gestão de riscos e controles preventivos pelos órgãos e entidades públicas, o projeto de lei prevê que os órgãos de controle devem se orientar pela jurisprudência do TCU, estabelecendo maior segurança jurídica quanto à aplicabilidade da nova lei. Trata-se de importante ponto que facilita a atuação dos gestores públicos e dos órgãos de controle e dissemina as decisões emanadas pelo tribunal por todas as esferas federativas. ■

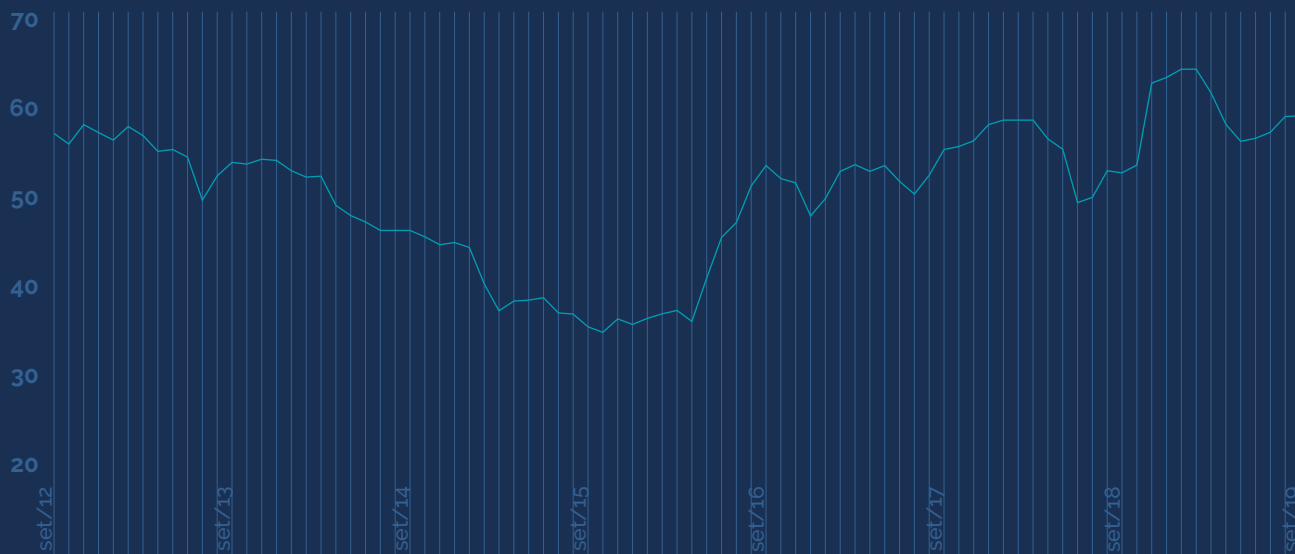
Confiança na recuperação

APÓS QUEDA NO COMEÇO DO ANO, ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) MOSTRA PERSISTÊNCIA DO OTIMISMO E REFLETE BOM MOMENTO APÓS VOTAÇÕES DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRIBUTÁRIA

▼
Fonte: CNI / Índice de
Confiança do Empresário
Industrial (ICEI) -
setembro de 2019

ÍNDICE É POSITIVO, MAS JÁ FOI MELHOR

DADOS MENSAIS DO ICEI (09/12 - 09/19)



OS EMPRESÁRIOS brasileiros continuam otimistas quanto ao futuro do país, principalmente devido ao avanço das reformas da Previdência e tributária. É o que mostra o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) de setembro, que se manteve no mesmo patamar de agosto, em 59,4 pontos. Mesmo com a estabilidade verificada de um mês para o outro, o número está 4,8 pontos acima de sua média histórica e vem de três altas consecutivas, informa a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os indicadores do ICEI variam de zero a cem pontos. Quando estão acima dos 50 pontos, mostram que os empresários estão confiantes. O número registrado em setembro está 6,6 pontos acima do registrado em setembro de 2018, o que significa uma posição ainda positiva desde o último ciclo eleitoral, apesar da queda no primeiro semestre.

APOSTA

“A confiança se mantém elevada por uma combinação de perspectivas futuras otimistas, entre elas a de aprovação da reforma da Previdência e a de avanços na discussão da reforma tributária, e de uma percepção de melhora na atividade corrente das próprias empresas”, explica o economista da CNI Marcelo Azevedo.

A estabilidade do ICEI em setembro se deve à variação em sentidos opostos de seus dois componentes: a alta de 0,8 ponto do *Índice de Condições Atuais* e a leve queda de 0,4 ponto do *Índice de Expectativas*, interrompendo uma sequência de três meses de alta.

“Os empresários vêm percebendo melhora nas condições correntes dos negócios. Eles têm uma percepção não apenas de que a situação de suas empresas melhorou, mas também de que a economia brasileira como um todo melhorou”, afirma Azevedo. “A queda no *Índice de Expectativas*, por sua vez, foi modesta e não muda o fato de que os empresários mostram grande otimismo para os próximos meses”, ressalta.

A Região Centro-Oeste foi a que registrou o maior aumento de confiança em setembro (1,3 ponto). As Regiões Norte e Sudeste também registraram elevação do índice, mas menor, de 0,7 e 0,2 ponto, respectivamente. A confiança da Região Sul não se alterou, enquanto na Região Nordeste caiu 0,8 ponto. Todos os índices seguem elevados, bem acima dos 50 pontos e dos valores registrados em setembro de 2018.

Os mais otimistas em setembro foram os empresários de companhias de médio porte, que registraram melhora de 0,7 ponto em sua confiança, chegando aos 60,2 pontos. Os empresários das empresas de pequeno porte registraram queda de 0,2 ponto (alcançando 58,6 pontos). Para os empresários de empresas de grande porte, o indicador também caiu: redução de 0,3 ponto, para 59,4 pontos. ■

“Os empresários vêm percebendo melhora nas condições correntes dos negócios. Eles têm uma percepção não apenas de que a situação de suas empresas melhorou, mas também de que a economia brasileira como um todo melhorou”

▲ **Marcelo Azevedo**
economista da CNI

Termômetro

CRESCIMENTO MODESTO DA PRODUTIVIDADE EM 2018

A produtividade brasileira aumentou 0,8% em 2018 na comparação com 2017, abaixo das altas de 4,4%, em 2017, e de 1,8%, em 2016. Ainda assim, o resultado do Brasil foi superior ao alcançado por Japão, Itália, Reino Unido, Alemanha, México e Argentina. No entanto, está abaixo do obtido por Coreia do Sul, França, Países Baixos e Estados Unidos. As informações são do estudo *Produtividade na Indústria*, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).



▲ Fonte: CNI / *Produtividade na Indústria* - Setembro de 2019

PIB EM RITMO LENTO

Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,4% no segundo trimestre, a retomada do crescimento do país depende da combinação de ações urgentes e de reformas estruturantes. Entre as ações urgentes estão o estímulo ao consumo, com medidas que facilitem o crédito, e mudanças no sistema tributário. A avaliação é do *Fato Econômico* 9, publicação da CNI divulgada no fim de agosto. Ele mostra, também, que a indústria puxou a alta do PIB.



▲ Fonte: CNI / *Fato Econômico* 9 - Agosto de 2019

Econômico



INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO MANTÉM TENDÊNCIA DE MELHORA

O setor da indústria da construção vem apresentando melhora lenta, porém contínua, desde o começo do ano. As grandes empresas do setor registraram o melhor desempenho, segundo a *Sondagem Indústria da Construção* de agosto, publicada pela CNI. Enquanto as grandes atingiram o nível de atividade de 50,4 pontos, as médias tiveram 48,2 pontos e as pequenas, 47,4 pontos. O índice varia de 0 a 100 e, acima de 50, indica crescimento.

AUMENTA A PREOCUPAÇÃO COM A INFLAÇÃO

Depois de duas quedas consecutivas, o *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC)*, da CNI, subiu para 47,3 pontos em setembro. O indicador está acima da média histórica, de 46,1 pontos. Entretanto, a pesquisa mostra que a inflação preocupa os brasileiros. O índice de expectativa de inflação subiu para 61,4 pontos. “É o terceiro aumento consecutivo do índice, o que revela preocupação crescente com a evolução dos preços”, avalia a CNI.



▲ Fonte: CNI / Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - Setembro de 2019



▲ Fonte: CNI / Sondagem Indústria da Construção - Agosto de 2019

Giro Brasil

SENAI DA PARAÍBA E ALPARGATAS JUNTOS EM CURSO DE MARCENARIA SUSTENTÁVEL

► O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Paraíba (SENAI-PB) e o Instituto Alpargatas lançaram o curso de marcenaria sustentável no dia 16 de setembro, em Campina Grande. Os profissionais matriculados vão confeccionar móveis em pallets obedecendo às especificações, às normas técnicas e aos critérios ergonômicos para serem doados a escolas públicas da cidade. Os pallets usados nas aulas são sobras do processo industrial da Alpargatas, que agora vão se transformar em mesas, cadeiras e móveis utilitários.



F: gettyimage.com



F: gettyimage.com

SENAI APLICA R\$ 9 MILHÕES EM NOVA UNIDADE NO MATO GROSSO

◀ O SENAI de Mato Grosso inaugurou sua mais nova unidade no município de Lucas do Rio Verde, a 340 km de Cuiabá. Foram investidos R\$ 9 milhões em máquinas, equipamentos e mobiliários. A escola terá capacidade para atender 1.200 estudantes por dia. Com mais de 2.600 metros quadrados de área construída, a unidade possui sete salas de aula, laboratório de higiene e segurança do trabalho, manutenção mecânica, instalação elétrica, comandos elétricos e de automação, dois laboratórios multiuso e um espaço para receber unidades móveis.



FIESC LANÇA PORTAL DE EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) desenvolveu uma ferramenta inovadora: um portal que oferece chances de emprego e informações sobre eventos, serviços e cursos para pessoas com deficiência. Os interessados podem cadastrar seus currículos e visualizar oportunidades. Já as empresas podem divulgar vagas e ter acesso aos currículos. “A inclusão de pessoas com deficiência na indústria é um processo em construção. O setor vem compreendendo a importância da diversidade em seus quadros”, disse o presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar.



F: gettyimage

EMPRESÁRIOS ALEMÃES E BRASILEIROS CONHECEM INSTITUTO DE INOVAÇÃO EM NATAL

Delegações de industriais da Alemanha e do Brasil, além de representantes de entidades de fomento ao cooperativismo e ao empreendedorismo dos dois países, conheceram, no dia 17 de setembro, o Instituto SENAI de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER) e o Centro de Tecnologia do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER), em Natal. A visita técnica integrou a programação do 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha (EEBA). O objetivo da visita foi criar oportunidades para fortalecer e ampliar as parcerias entre os dois países.

FIEPI INVESTE NA MODERNIZAÇÃO DE ESCOLAS

Em Teresina, uma escola do Serviço Social da Indústria (SESI) e outra do SENAI vão ganhar uma estrutura mais moderna. Serão investidos mais de R\$ 36 milhões para revitalizar as duas unidades, construídas há quase cinco décadas. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), Antonio José de Moraes Souza Filho, recebeu, no dia 18 de setembro, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, e da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez, que visitaram as escolas. As obras do SENAI já estão em andamento e as do SESI devem começar nos próximos meses.

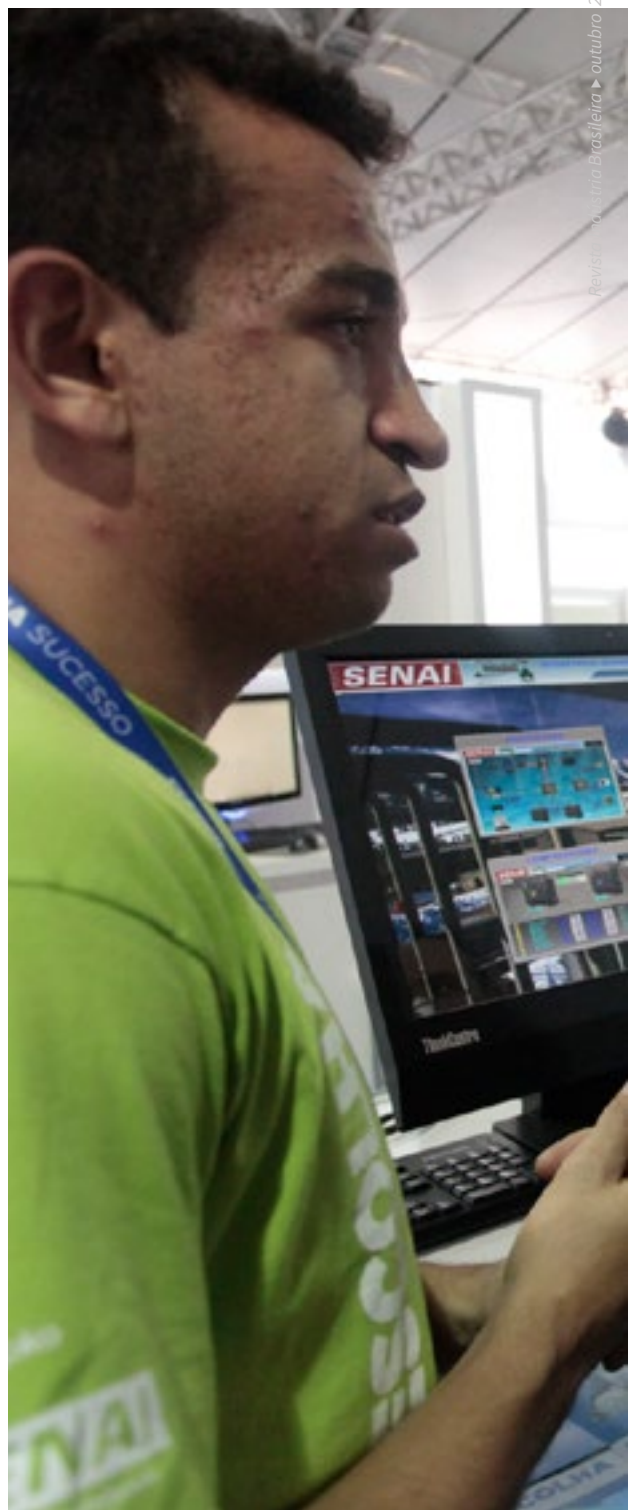
Estudar no SENAI faz a diferença

PESQUISA DE EGRESSOS 2017/2019
MOSTRA QUE A INDÚSTRIA PREFERE
EX-ALUNOS DO SENAI E QUE 73% DOS
EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS
ESTÃO TRABALHANDO

TER um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no currículo faz diferença em uma entrevista de emprego? Para a maioria das indústrias brasileiras, a resposta é um “sim” categórico. De acordo com a *Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do SENAI 2017/2019*, nada menos que 95% das empresas têm preferência por profissionais qualificados na instituição.

Outro dado contundente que comprova essa predileção é a taxa de ocupação de ex-alunos no mercado de trabalho. Dos profissionais que concluíram cursos de graduação no SENAI em 2017, 86% estão trabalhando. O percentual também é alto entre os que fizeram cursos técnicos (73%), cursos de qualificação (66%) e cursos de aprendizagem (53%).

“Os números mostram que a confiança do empresário brasileiro no SENAI está aumentando. Os cursos são definidos com o propósito de propiciar o desenvolvimento das capacidades demandadas pelo mundo do trabalho a partir de processos de aprendizagem inovadores e aderentes à nova





◀ Alunos do SENAI são preferidos pela indústria e, depois de contratados, costumam ser muito bem avaliados

revolução industrial”, destaca o gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI, Felipe Morgado. Segundo ele, a pesquisa de egressos aponta também que os profissionais formados no SENAI estão mais bem preparados para o mercado de trabalho. “Isso ocorre justamente pelo diferencial da formação oferecida, com base em competências técnicas e socioemocionais”, completa.

MUDANÇA DE VIDA

Dávila Leocádio de Oliveira, 23 anos, nasceu em Tefé, mas atualmente é moradora de Anori, cidade do interior do Amazonas localizada a 250 km por estrada de Manaus. Ela fez os cursos de atendimento ao cliente e agente de resíduos sólidos em unidades móveis do SENAI em março e abril de 2017, quando trabalhava com atendimento ao público na secretaria de uma escola de educação infantil do município.

Hoje professora auxiliar, ela acredita que o SENAI a ajudou de modo decisivo. “Os cursos do SENAI são muito produtivos. Eles trouxeram mais experiência ao meu trabalho e me ajudaram a crescer”, relata.

Segundo a pesquisa do SENAI, as taxas de ocupação entre os profissionais de cursos técnicos e de qualificação cresceram significativamente nos últimos anos. Se no levantamento divulgado em 2017 cerca de 54% dos ex-alunos de cursos técnicos estavam trabalhando, esse número subiu para 65% em 2018 e, agora, em 2019, para 73%.

Já os ex-alunos dos cursos de qualificação que entraram no mercado de trabalho somavam 43% em 2017 e passaram para 47% em 2018. No levantamento de 2019, a taxa de ocupação desse grupo chegou a 66%.

A pesquisa também aponta que a maior parte dos egressos de cursos do SENAI está no mercado formal. Dos que fizeram graduação no SENAI, 81% têm carteira assinada; o percentual é de 69% entre os ex-alunos de cursos técnicos; 62% entre os egressos dos cursos de qualificação; e 59% entre os profissionais vindos dos cursos de aprendizagem.

Mas há, também, um número considerável de ex-alunos que tornaram-se

empreendedores. O levantamento do SENAI destaca que 18% dos egressos trabalham no mercado informal e, desse total, 75% afirmam que os cursos do SENAI os ajudaram a abrir o próprio negócio.

“O SENAI estimula o empreendedorismo, na medida em que desenvolve capacidades e competências de autonomia e protagonismo ao aluno dentro de sala de aula. Ele é estimulado a desenvolver projetos e a resolver problemas e é incentivado ao livre pensar e ao pensamento prospectivo com o objetivo de lançar o olhar para a inovação o empreendedorismo”, afirma Felipe Morgado.

A renda média salarial dos egressos do SENAI que estão trabalhando é de R\$ 1.488,24. Além disso, o ganho salarial dos ex-alunos de cursos técnicos na área de formação da instituição é de 30,8%, aponta o levantamento do SENAI.

SATISFAÇÃO

Além de alunos e ex-alunos, mais de 3 mil empresas foram ouvidas pelo estudo de egressos. Elas foram questionadas sobre o nível de satisfação com os ex-alunos do SENAI e tiveram de dar notas que variavam de 0 a 10. A satisfação com os egressos de cursos de graduação do SENAI atingiu a nota 9,1; para os egressos de cursos técnicos e também os de qualificação, a média alcançada foi 8,8. Por sua vez, os ex-alunos de aprendizagem foram avaliados pelas empresas com a nota 8,6.

Wilson Alves Lage, 52 anos, é presidente e diretor de operações da Bozel Mineração, uma das maiores produtoras de cálcio silício do mundo, com sede em São João del Rei (MG). Ex-aluno do SENAI, ele conta que prioriza, em sua empresa, a contratação de egressos da instituição.

“Continuo acreditando no SENAI, como sempre acreditei. Trata-se de uma escola que capacita treinando seus alunos e isso faz toda a diferença. Na área de manutenção da nossa empresa, onde precisamos de profissionais com formação profissional e técnica, optamos por admitir ex-alunos do SENAI”, conta Lage.

O Rio Grande do Sul lidera o ranking da taxa de ocupação de egressos dos cursos técnicos do SENAI: 89% deles estão no

mercado de trabalho. Em seguida aparecem Acre e Santa Catarina (com 87%), Paraná (84%) e Mato Grosso do Sul (83%).

Entre os profissionais formados em cursos de graduação do SENAI, as taxas de ocupação no mercado de trabalho são ainda maiores. No Rio de Janeiro, 98% dos ex-alunos estão ocupados. Logo depois aparecem Santa Catarina (94%), Goiás (91%), Rio Grande do Sul (88%), Paraná (87%) e São Paulo (83%).

A pesquisa do SENAI também mostra quais as áreas tecnológicas com melhores desempenhos no indicador de ocupação. Ao todo, 83% dos ex-alunos em cursos técnicos da área automotiva estão no

mercado de trabalho. A taxa é de 80% para os técnicos de refrigeração e climatização; e de 76% para os técnicos da área de energia, metalmecânica e eletroeletrônica.

A pesquisa de egressos do triênio 2017/2019 foi composta por três fases: na primeira, o aluno respondia a questões 15 dias antes do término do curso. Nessa etapa, participaram da pesquisa 92.043 alunos. Na segunda fase, uma nova pesquisa foi realizada um ano após a conclusão do curso com o ex-aluno (33.903 participaram) e, na terceira e última etapa, foi feita uma pesquisa com empresas que contrataram esses ex-alunos, totalizando 3.180 firmas. ■

OS PRINCIPAIS RESULTADOS

DA PESQUISA DE EGRESSOS

DOS **EX-ALUNOS**
DO SENAI:



	APRENDIZAGEM	TÉCNICO	QUALIFICAÇÃO	GRADUAÇÃO
ESTÃO NO MERCADO	52,6%	72,6%	65,9%	85,6%
DESSES, ESTÃO NO MERCADO FORMAL	59,4%	68,7%	61,6	80,5%
PERCENTUAL DE EMPRESAS QUE PREFEREM EGRESSOS DO SENAI	96,5%	93,6%	95%	96,3%
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DAS EMPRESAS COM OS EGRESSOS DO SENAI (DE 0 A 10)	8,6	8,8	8,8	9,1

Fonte: SENAI - Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do SENAI 2017/2019



Uma homenagem a produções marcantes do cenário nacional

RODRIGO BUENO

▲

* Rodrigo Bueno foi um dos vencedores do Prêmio Indústria Nacional Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas 2019

INICIATIVAS como o *Prêmio Indústria Nacional Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas*, assim como outras similares, contribuem para incentivar a produção e a visibilidade de artistas em atividade no país, bem como para homenagear produções marcantes do cenário nacional. Também considero o prêmio um reconhecimento da obra do artista e do trabalho desenvolvido, que funciona, ainda, como um incentivo à continuidade da pesquisa e da produção artísticas.

O estímulo a exposições em diversas capitais é uma oportunidade única de difundir obras nas quais é difícil ter um alcance de forma tão expandida durante a heroica simultaneidade de um ano. Permite não só que os trabalhos selecionados ampliem o conhecimento sobre os artistas, mas, principalmente, que sua obra chegue a um número maior de pessoas, contribuindo para ampliar o acesso às artes plásticas.

O cuidado do prêmio *Marcantonio Vilaça* em oferecer o apoio de um(a) curador(a) a critério do próprio artista realmente é um privilégio a aprimorar narrativas, a fim de consolidar um corpo de obra vivo e dinâmico e permitir um relacionamento de experimentação e pesquisa em um intercâmbio de análise e cultivo de pontes de comunicação. Esse olhar externo contribui para um questionamento constante entre o artista e o curador e também com sua própria obra.

A visibilidade proporcionada pelo prêmio certamente valida o interesse maior da nossa produção em vários aspectos. Entre eles, é fundamental destacar a associação da indústria à tecnologia e à criatividade, fatores essenciais ligados ao constante movimento de renovação de linguagens e sensibilidades, que constituem a engrenagem da produção e o alcance das artes na fertilidade de soluções para desafios cotidianos. Muitos estão ligados às urgências da contemporaneidade, como fomentar o desvelar de outras narrativas históricas, ampliando estratégias na educação, a exemplo da descolonização do pensamento ao garantir afetividade e pertencimento aos territórios criativos.

Afinal, as artes carregam legados simbólicos, práticos e transcendententes, que comumente antecipam linguagens futuras, ao mesmo tempo em que reivindicam memórias e dívidas abertas à nossa compreensão das possibilidades humanas. São legados que, por meio das visitas feitas à exposição, que circula pelas diferentes regiões do país, podem oferecer temas que ajudem as pessoas a refletir sobre elas e sobre o Brasil.

No meu caso, posso salientar a inclusão de práticas e elementos ancestrais, que se projetam enquanto questionamentos e celebrações do caminho de reencontro do ser humano com o seu entorno, liames que cotidianamente tecem nossa identidade integrada ao que chamamos de natureza. ■

►

A opinião de articulistas convidados não necessariamente reflete à da CNI.



É NO PRESENTE QUE A CNI CONSTRÓI O FUTURO DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO.

O mundo muda a todo instante, numa velocidade cada vez maior. Novas tecnologias, novos profissionais e um mercado global ainda mais competitivo exigem indústrias mais ágeis e inovadoras todos os dias. Estar preparado é imprescindível. Esse é o papel fundamental da CNI. Ajudar as indústrias brasileiras a acompanharem esse novo momento contribui para que o futuro da indústria também passe por aqui. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**A CNI está construindo hoje
o futuro da indústria.**



Saiba mais em www.cni.com.br

 /cnibrasil  /cni_br  /cnibr  /cniweb  /cni-brasil

Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA